Revista Crítica de Ciências Sociais, 81, Junho 2008: 3-7

Memória e actualidade dos movimentos estudantis

Os movimentos estudantis dos anos sessenta têm continuado a suscitar recorrentes polémicas. A evocação-celebração dos quarenta anos volvidos sobre o Maio de 68 em França apenas veio dar-lhes uma maior projecção. Mas falar dos anos sessenta a propósito do movimento estudantil não significa, naturalmente, que nos fiquemos por um registo meramente descritivo e menos ainda que se privilegiem olhares melancólicos sobre esse passado. Mais do que revisitar as divergências entre os "nostálgicos" que celebram esse passado e os "cépticos" que pretendem enterrá-lo ou esquecê-lo, importa re-situar a discussão e articulá-la com os desafios e dificuldades do presente no campo dos movimentos associativos e do activismo estudantil. O objectivo principal do presente volume é o de contribuir para novos questionamentos em torno do activismo estudantil, a partir de um conjunto de perspectivas e reflexões que procuram cruzar os pontos de vista historiográfico e sociológico e discutir as conexões entre as dimensões cultural e política, segundo abordagens plurais que caminham do passado para o presente, que mergulham no passado a partir das inquietações do presente, ou que se centram apenas no tempo que vivemos.

Como é sabido, o Maio de 68 e os anos sessenta valem, no seu conjunto, sobretudo pelo legado sociocultural e pelas marcas simbólicas que difundiram. De facto, as sociedades democráticas e o poder crescente do capitalismo global imprimiram novas lógicas de acção e de aceitação, através da actividade institucional e das forças do mercado, conseguindo apropriar e readaptar boa parte dos valores e referenciais sociopolíticos que marcaram a época. As sociedades mudaram profundamente e as modalidades de intervenção política foram sendo reinventadas, revelando a progressiva saturação dos movimentos sociais que emergiram na altura. Porém, ainda que muitos dos antigos activistas sejam actualmente figuras respeitáveis do sistema (e alguns menosprezem até as suas experiências da juventude), os motivos, as formas de acção e o discurso desses movimentos continuam a merecer reflexão. Em primeiro lugar, porque muitas experiências posteriores de luta social e estudantil, em diferentes contextos e regiões do globo, têm vindo a suscitar reflexões e debates em que as vivências dos sixties *e o confronto com os acontecimentos do Maio de 68 continuaram*

presentes. Em segundo lugar, porque a escassez de novas bandeiras e formas de luta dos movimentos estudantis de hoje não deixa de revelar – por muito que isso seja paradoxal – uma certa interferência dessas experiências na construção da memória das actuais gerações de estudantes e sobretudo nos discursos legitimadores dos actuais líderes associativos.

Perante as dificuldades com que se deparam na actualidade as sociedades democráticas, no que respeita ao reforço da cidadania e ao papel do associativismo cívico e político, o processo de mudança e modernização das suas instituições, bem como o sistema de ensino superior e o protagonismo dos estudantes no seu seio, debatem-se com crescentes dificuldades e constrangimentos preocupantes. As reformas em curso neste domínio mostram-se cada vez mais sujeitas à lógica do mercado e aos parâmetros ditados por poderosos interesses económicos privados, limitando ou mesmo revertendo as fórmulas de gestão e representação democrática conquistadas em larga medida através das lutas estudantis do passado. Nesse sentido, a fragilidade e a "crise" do Estado social e do ensino superior público são corolário dos impulsos da globalização neoliberal, enquanto as debilidades da democracia participativa e do próprio associativismo estudantil exprimem tanto a indefinição de um período de aparente viragem paradigmática no plano dos valores e das referências ideológicas como os efeitos das tendências socioeconómicas em curso, de fragmentação, mobilidade, individualização, precariedade e desfiliação social.

No entanto, as análises que aqui são apresentadas em torno da juventude e do movimento estudantil permitem observar, não apenas exemplos das referidas tendências de refluxo dos movimentos, mas também alguns sinais de renovação, de criatividade e de reinvenção de respostas e de formas de participar por parte das estruturas associativas dos jovens de hoje. No centro destas reflexões ocupam particular destaque as lutas e protestos da juventude universitária das décadas de 1960 e 1970 e a questão da memória sobre eles projectada a partir do presente. Até que ponto essa representação do passado é reflexo dos actuais défices de identidade colectiva e de bandeiras de luta mobilizadoras da juventude? Até que ponto e de que forma as experiências do Maio francês e dos movimentos sociais daquele período se reproduzem no imaginário dos actuais activistas? Que complementaridades e rupturas podem ser identificadas entre o passado e o presente do activismo estudantil? Estas e outras interrogações encontram-se subjacentes a diversos contributos incluídos no presente volume, num leque bastante variado de abordagens, umas mais teóricas e abrangentes e outras mais circunscritas a um dado contexto ou país, umas mais focalizadas nas lutas do passado e outras mais centradas na actualidade, mas visando sempre uma melhor compreensão dos desafios

e dos dilemas que se colocam ao associativismo e ao seu potencial transformador e progressista.

Vale a pena, por fim, apresentar uma breve síntese dos temas tratados por cada um dos artigos, seguindo a sequência que foi adoptada. No primeiro texto, Elísio Estanque discute algumas concepções em torno dos actuais contornos da juventude universitária, relacionando as experiências de luta estudantil das gerações anteriores com a questão das expectativas, valores e práticas dos actuais jovens universitários, e, por outro lado, procurando conjugar as tradições e rituais que acompanham a história da academia de Coimbra com as sociabilidades informais e os ambientes de boémia e irreverência. Partindo deste enquadramento, analisam-se então os resultados de um inquérito aos estudantes da Universidade, no qual as atitudes e práticas da população estudantil são analisadas a propósito de diversos itens tais como a praxe académica, as orientações subjectivas do quotidiano, a participação em estruturas associativas e acções de protesto e as opiniões sobre a actividade da Associação Académica de Coimbra e o significado dos movimentos estudantis dos anos 60.

Colin Barker apresenta-nos uma apelativa síntese teórica e uma estimulante reflexão em torno dos movimentos estudantis com particular ênfase na "onda de protestos" dos anos sessenta e setenta, questionando-se sobre o porquê de esses movimentos terem surgido quando surgiram, terem adquirido as formas que adquiriram e se terem articulado com outros movimentos desse período, e, por outro lado, quais os seus limites e quais os motivos do seu posterior declínio. O contexto social dos anos sessenta e a expansão subsequente do activismo estudantil são abordados com referências a uma diversidade de países ocidentais (EUA, Alemanha, França, Reino Unido, entre outros), ao mesmo tempo que se mostram algumas das suas repercussões e modalidades também no continente sul-americano, bem como na Europa Mediterrânica e do Leste, sublinhando o seu significado nos planos político e cultural e assinalando a influência de todo esse legado histórico em acções contestatárias mais recentes, como, por exemplo, as revoltas juvenis ocorridas em França.

O artigo de Miguel Gómez Oliver procede, por sua vez, a uma caracterização das marcas que dentro das transformações políticas e sociais mais gerais ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, permitem identificar o movimento estudantil universitário espanhol, observando-o enquanto instrumento fundamental na criação de espaços particulares de liberdade no interior da Espanha franquista, analisando o seu desenvolvimento orgânico e a sua capacidade para alimentar o progresso de uma cultura de debate, e examinando o papel que desempenhou na aprendizagem de práticas democráticas depois transportadas

para outros ambientes sociais e políticos, tanto durante a fase final de construção da oposição antifranquista como durante a subsequente fase de transição para a democracia.

Numa direcção um pouco diferente, Miguel Cardina parte da existência de frequentes distorções e apagamentos nas narrativas respeitantes à vida colectiva dos universitários, relacionando as movimentações estudantis existentes em Coimbra nas últimas duas décadas do Estado Novo com as mutações ocorridas no terreno da chamada "praxe académica". Coloca então em evidência o modo como durante cerca de duas décadas se foi construindo uma forma de estar e de agir distante, de facto, dos tópicos do tradicionalismo coimbrão, e até mesmo em clara ruptura com ele. Simultaneamente, problematiza a imagem de um tempo contestatário focalizado quase exclusivamente na "Crise de 69", chamando a atenção para algumas margens de esquecimento promovidas pela prevalência da memória desse momento mais conhecido e de maior impacto público.

Já Álvaro Garrido define uma proposta de superação do binómio, extremamente redutor, que tende hoje a opor a representação de uma juventude estudantil "militante", "utópica" e solidária, que teria sido apenas a dos anos sessenta e setenta, a uma outra, essencialmente "céptica", "pragmática", "individualista" e hedonista, que seria a dos nossos dias. Fá-lo por intermédio de uma abordagem compreensiva do processo de construção em Coimbra, anterior ainda à primeira "grande crise" académica de 1961-62, de uma vivência estudantil universitária concebida enquanto espaço diversificado de dissidência frente à configuração corporativa, aplicada ao lugar institucional da Universidade, mas também ao estatuto cultural e social dos seus membros, que o Estado Novo procurara impor e continuava a procurar manter.

Por sua vez, Nuno Augusto oferece-nos uma reflexão sobre alguns dos dilemas que se colocam na actualidade aos segmentos juvenis, em especial no que toca às representações e formas de desvinculação e revinculação da juventude ao campo político, assinalando, por um lado, a desconfiança dos jovens nos partidos políticos e nos seus líderes, com a consequente desvinculação de formas de intervenção institucional (partidos, sindicatos, etc.), mas, por outro lado, a maior inclinação para aderirem a novas formas de acção colectiva, novas agendas temáticas e associações voluntárias ou ligadas ao lazer e ao desporto enquanto espaços participação dos jovens.

Por fim, o artigo de Marcos Ribeiro Mesquita centra-se igualmente na problemática da relação entre as dimensões cultural e política dos movimentos estudantis, mas, neste caso, centrando a atenção na realidade brasileira e dando expressão a iniciativas e acções dinamizadas pelo movimento estudantil em que eventos culturais de grande significado – como é o caso, por ele estudado,

da IV Bienal de Arte e Cultura da União Nacional de Estudantes (UNE), em São Paulo –, se revelam como formas inovadoras de conexão entre a actividade cultural ou artística e a capacidade criativa do movimento estudantil, que usa aquela linguagem como meio de estabelecer novas modalidades de intervenção junto da juventude estudantil.

Elísio Estanque
Rui Bebiano